

Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas

Maria Estela Rocha Ramos

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo -
Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo Universidade
Federal da Bahia.

RESUMO: Este texto explora o desenvolvimento da pesquisa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo¹, tomando os bairros negros como tema central, partindo da perspectiva de que estes bairros oferecem modelos peculiares de produção e apropriação social urbana. Formulações teóricas urbanísticas acadêmicas, institucionais e governamentais vêm, em diversos momentos históricos, subsidiando políticas urbanísticas hegemônicas que primam pelas padronizações espaciais, tornando-se ineficientes para a realização urbana de determinados grupos sociais. Inúmeros segmentos se vêem desprestigiados pelas políticas urbanísticas diante à homogeneização das relações sócio-espaciais nas nossas cidades. Neste ínterim, os bairros negros, através de novas categorias de análise trabalhadas a partir de novos conceitos, teorias, métodos e processos, podem se tornar fontes interessantes e importantes para se pensar o urbanismo brasileiro.

Palavras-chaves: bairros negros, africanidades, cultura negra, urbanismo

Introdução

As políticas urbanísticas têm sido construídas, no Brasil, a partir de um padrão único e supostamente universal, com configurações dos espaços urbanos seguindo padronizações espaciais hegemônicas. Encontramos visíveis, em muitas cidades brasileiras, sinais de uma tentativa de padronização de espaços urbanos, pautada por uma 'hegemonia global'. Esta pressão por uma homogeneidade espacial e urbanística disseminada por toda parte formulações teóricas urbanísticas institucionais acadêmicas e governamentais, arquiteturas na cidade, mídias mundiais como televisão, cinema, revistas, livros, músicas, internet, outdoors, espaços públicos e privados acaba por trazer coerções à afirmação de cidadãos e de grupos sociais nas suas expressões autônomas, inclusive na produção de seus espaços. Esta determinação de características únicas ou universais às cidades gera prejuízos no senso crítico no direito ao uso da cidade na produção do espaço urbano e nas especificidades de utilização e apropriação e acaba por inibir processos de realização urbana de determinados grupos sociais.

Temos na estruturação urbana das principais cidades brasileiras

¹Título da pesquisa: Bairros Negros uma lacuna nos estudos urbanísticos brasileiros
Revista África e Africanidades - Ano 3 - n. 9, maio, 2010 - ISSN 1983-2354
www.africaeaficanidades.com.br

variações do modelo português com evidências do traçado hispânico nas cidades coloniais, passando pelas influências das idéias francesas nas intervenções urbanísticas, enquanto estabelecimento da República no Brasil em fins do séc. XIX e início do séc. XX. Outras transformações das cidades foram replicadas e/ou reproduzidas, posteriormente, por importação das teorias clássicas do urbanismo moderno e modernista em suas diversas perspectivas e vertentes. No urbanismo moderno, em linhas simplificadas, entre as teorias clássicas temos a teoria funcionalista, baseada na história social e no determinismo histórico; a teoria sócioecológica que parte do estudo da expansão urbana de Burgess em zonas concêntricas de diferenciação entre grupos econômicos e culturais, oferecendo forma e caráter à cidade, cuja segregação oferece aos indivíduos um lugar e um papel na organização total na vida da cidade; a teoria dos sistemas que se baseia na sobreposição e articulação de subsistemas tendo como meta a quantificação e o desempenho da estrutura urbana e ainda a teoria marxista, que tem como base os textos de Marx e Engels e elabora as análises urbanas, embora não ofereça propostas, a partir do pensamento marxista. Neste urbanismo moderno, surgem as premissas do modernismo que já vinham sendo desenvolvidas anteriormente, desde o final do séc. XIX, como o arrasaquarteirão justificado pela higiene e que foi tão utilizado por Haussmann nas reformas de Paris, o edifício isolado na paisagem como monumento, o uso de amplas áreas verdes, etc. Preceitos que foram articulados e reunidos, resultando no postulado da Carta de Atenas, absorvido pelos arquitetos e urbanistas modernistas e que deram embasamento, posteriormente, a diversas vertentes com perspectivas diferenciadas no urbanismo modernista (CHOAY, 1979) (SAMPAIO, 1998).

Assim, as cidades brasileiras apresentam diversos momentos de tentativa da padronização espacial à qual nos referimos acima, agravada por serem matrizes teóricas e ideológicas, sobretudo européias e americanas, geradas em contextos históricos, sociais, econômicos e políticos distintos do contexto brasileiro. Entendemos, deste modo, o pensamento urbanístico produzido de forma afastada da realidade brasileira e distante de uma preocupação social quando da organização espacial projetada e imposta pelo poder público, em muito subsidiada pelos interesses do capital.²

Situando-nos no âmbito dos estudos urbanos diante de uma análise do histórico da composição da população brasileira (segundo o Censo de 2000, ~46% da população brasileira se autodeclaram negros, entre pretos e pardos, com tendência a aumentar) e dos processos de constituição de nossas cidades, pretendemos nos debruçar sobre um grupo social específico: as populações negras urbanas, enquanto um grupo social com cultura e história particulares, e como suas especificidades configuram seus espaços urbanos de moradia na intenção de, assim, obter um maior entendimento dos urbanismos produzidos no Brasil.

A particularidade da abordagem: evidenciar os bairros negros

2

Desde o período de implantação da República, verifica-se um claro e sistemático esforço em promover a invisibilidade e o desaparecimento da população descendente de africanos nas cidades brasileiras. O projeto republicano foi um projeto nacional com muitas frentes de atuação contrárias aos interesses da população negra: desde o enfraquecimento político que a impedia participar em eleições, tanto no direito ao voto como candidatar-se a cargos políticos, e da ocupação de cargos públicos de alto escalão, passando pela proibição de acesso à educação formal, discutida na ocasião da implantação da Lei do Ventre Livre, além da inacessibilidade à terra, dando continuidade à política do governo imperial que aprovou a Lei de Terras em 1850, que proibia a doação por utilização de terras. O impedimento de acesso à terra é reforçado na República pelo Código Civil, implantado em 1916, determinando que a apropriação de terras devolutas só se daria por compra. Além da negação do acesso à terra, houve também a negação ao trabalho: na transição do trabalho escravo ao trabalho livre o Estado brasileiro optou, oficialmente, pela substituição da mão-de-obra, com o incentivo à imigração europeia em que foram garantidos trabalho e terras cultiváveis a esta nova população. No entanto, muitos dos imigrantes que vieram para o Brasil, naquele período, eram trabalhadores camponeses que não detinham os costumes civilizados desejados:

“os imigrantes europeus, de quem se esperava ‘o sangue oxigenado de uma raça livre e laboriosa’, tampouco preencheram as imagens de civilidade e higiene idealizadas pelas elites” (ROLNIK, 1999, p. 78).

No plano ideológico, colaboraram neste processo as representações sociais associadas às teorias raciais ‘científicas’ que projetaram a construção de uma consciência nacional de inferioridade dos negros e de superioridade dos brancos. Se as teorias raciais científicas não se sustentaram, a população negra continua sendo referenciada ou representada nos discursos sociais sob uma perspectiva de desqualificação social, em que lhe são atribuídas identidades negativas.

Na prática, através de planos urbanos, este pensamento culminou na expulsão das populações negras dos centros urbanos através das remodelações urbanas modernizadoras que buscavam uma imagem metropolitana de uma urbanidade refinada à moda europeia, combatendo a cultura de matriz africana processada nos espaços urbanos. Estas transformações radicais nos centros urbanos foram justificadas pelas práticas eugênicas chamadas de higienistas, relegando a população negra, habitante dos cortiços e casas de cômodo, às áreas mais distantes dos centros urbanos e/ou áreas desprovidas de infraestrutura e equipamentos públicos, destituindo as relações sociais e desfavorecendo a inserção da população negra no mercado de trabalho (RAMOS, 2007³).

As intervenções urbanísticas das primeiras décadas da República fazem parte do ‘plano de melhoramentos’, com preocupações com higiene, fluidez e estética e passam a ter um caráter ideológico fundamentado em valores positivistas e influenciado por ideais de cientificidade e de estética com a idealização de valores e de pessoas consideradas modelos para a humanidade

(CARVALHO⁴ apud FERNANDES; SAMPAIO; GOMES, 2005).

Verificamos na contemporaneidade que a segregação espacial em relação à população negra é notadamente contundente e crescente, visível tanto na paisagem das cidades brasileiras, como também verificada em estudos que elaboram o cruzamento entre dados oficiais do IBGE e a espacialidade urbana⁵. No entanto, somente nos últimos 10 anos é que a relação entre “raça” e espaço urbano vem sendo mais intensamente discutida, sobretudo através de pesquisas em torno da segregação residencial. No Brasil, as segregações espaciais evidenciam as relações sociais brasileiras como reflexo das lutas de classe, pouco considerando o problema da segregação social por etnia ou raça, como Winant afirma:

“em nenhum outro país a saliência de raça é tão incerta, tão disfarçada em suas manifestações cotidianas, tão explicitamente negada e implicitamente sustentada” (WINANT⁶ apud PEREIRA; WHITE, 2001. p. 258⁷).

Dado ao fato da população negra, no Brasil, compor as camadas mais pobres da população brasileira⁸, generaliza-se seus hábitos culturais específicos como cultura popular e é associada, pela força das teorias dominantes, como cultura das classes populares, homogeneizada pela idéia da pobreza e de grupos populares, dada às condições impostas pela precarização da vida coletiva.

No entanto, não é somente pela verificação e constatação da pobreza que incide sobre a população negra e pela sua segregação social e espacial que nos ocorre o estudo dos bairros negros, cuja população descende de africanos ou é formada por grupos sociais que se identificam com a cultura afrodescendente. Visto que as teorias urbanísticas e as metodologias de estudo do espaço urbano privilegiam a análise e a interpretação de espaços projetados ou configurados pelos grupos dominantes da sociedade, a questão do reconhecimento (inserção e integração) dos espaços negros nas cidades ainda não é suficientemente clara pelo senso comum, inclusive pela intelectualidade acadêmica. As análises perpassam majoritariamente pelos processos da produção do espaço, sob a perspectiva do processo de acumulação de capital.

Sob os processo de produção, surgem organizações espaciais à margem dos planos urbanos das classes dominantes elaborados como instrumentos de gestão urbana (SAMPAIO, 1999). Nos bairros a serem estudados, à margem do espaço formal, mesmo que inseridos na lógica capitalista, a cultura de base africana reproduz modos particulares de concepção de vida, bem como as necessidades geradas por esta concepção. Pela falta de entendimento, desconhecimento e opressão da cosmovisão africana, como modo de vida e como cultura, suas especificidades são ignoradas pelas políticas públicas que (pouco) incidem sobre os bairros negros.

Entendemos, portanto, necessário expor aspectos ainda não explorados nos estudos do urbanismo brasileiro, os bairros negros, destacando-se diante dos espaços ‘formais’ das cidades, sobretudo na cidade de Salvador, tomando

como ponto inicial a presença de 'africanidades' nas relações sócioespaciais estabelecidas nos bairros negros.

Bairros Negros

É importante salientar aqui o nosso entendimento, por ora, de bairros negros. Chamamos de bairros negros aqueles cuja dinâmica urbana é demarcada pela história e cultura dos grupos étnicos negros, para além daqueles em que a maioria dos moradores seja composta por pessoas afrodescendentes ou que se autodeclaram negras. Esta acepção parte da conceituação de Cunha Jr. (2001) sobre territórios de maioria afrodescendente, como aqueles espaços urbanos habitados por maior parcela de população afrodescendente e que se conformam histórica e socialmente a partir dos processos de imposição de desigualdades sociais à população negra e do desenvolvimento das culturas de base africana. A dinâmica sócio-cultural é determinada pela cultura de base africana, revelando-se no espaço geográfico como base dos processos de construção das relações históricas e das identidades das populações.

Para compreender como se configuram os bairros negros, partindo de uma leitura de cidade através das relações étnicas, é relevante a análise de como a cidade de Salvador teria sofrido influência de subsídios teóricos (subsidiando ideologias) dos planejamentos urbanos aplicados em outros países, a exemplo das formulações sociológicas da Escola de Chicago⁹. Esta compreensão dos processos de segregação da população negra deve ser confrontada aos planejamentos urbanos de grande vulto, a partir da década de 1930, resultando nas práticas das políticas públicas deliberadas de produção da cidade, a partir da década de 1960, que discriminaram grupos sociais, sobretudo, a população negra.

Em contrapartida às opressões geradas pelo poder público, as resistências promovidas por esta população serão exploradas e evidenciadas trazendo aqui, por exemplo, a inserção de terreiros de religiosidade de matriz africana e sua influência na consolidação de espaços urbanos ao seu redor. Muitos terreiros atuam enquanto agentes de (re) territorialização de comunidades quando estes se vêem obrigados a se deslocar para outras áreas, seja em busca de áreas verdes para a manutenção de seus rituais ou por pressões ideológicas, quando havia as legais perseguições policiais, em décadas passadas, aos terreiros e aos seus adeptos (CORREIA; SERPA, 2001¹⁰; REGO, 2006¹¹; VELAME, 2007)¹². Temos ainda a análise de como os lugares públicos e sagrados para a religiosidade de matriz africana, como o Parque São Bartolomeu (SERPA, 1996), contribuem também para estruturação da configuração urbana. Além da motivação religiosa, outros fatores de resistência também são identificados no processo de luta da população negra em permanecer nos seus espaços consolidados historicamente, como áreas remanescentes de quilombos que se configuram, diante da posterior e crescente urbanização da cidade, em quilombos urbanos.

Através de uma perspectiva de valores e modos de vida da população

negra, os sentidos do *modus vivendi*, do significado do morar, das visões de mundo, dos gostos, das identidades, das relações interpessoais dos moradores, busca-se compreender a estruturação urbana dos bairros negros pelos seus moradores. Aproximadamente 70% da população negra brasileira residem em áreas informais através de moradias autoconstruídas, isto é, nos bairros negros são autoconstruídos. Assim, as populações negras urbanas definem seus espaços de moradia em áreas de periferia ou em periferias sociais (áreas de “invasão” localizadas em meio aos bairros tradicionais ou em áreas centrais), realizando uma linguagem própria, material, imaterial e simbólica, neste espaço urbano autoconstruído dos bairros negros.

Fatores e valores sócio culturais denotam uma relativa autonomia criativa na construção coletiva dos bairros negros, norteadas pelas formas de conduta e de comportamentos advindos da cultura de matriz africana. Consideramos que são motivações subliminares os inconscientes culturais que atuam neste processo da organização espacial, que estão arquivadas inconscientemente na memória coletiva dos afrodescendentes, através das africanidades não desfeitas pela diáspora africana, e sim rearticuladas em novos contextos espaciais, sociais, econômicos e políticos e que foram levantadas nas investigações preliminares da pesquisa de mestrado no bairro da Liberdade. As referências ao locus, de pertencimento ao lugar, estão presentes através da memória coletiva, e são construídos por ela. Para Rossi (2001), a memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, como um fio condutor que orienta o espaço urbano, como consciência deste espaço. Neste contexto, em que muitos dos bairros negros foram constituídos por comunidades tradicionais, historicamente consolidados em contínua acumulação de experiências comuns impregnados de elementos históricos e culturais e definidos por identidades, simbolismos e significados, um dos objetivos é verificar se há reciprocidades das formas espaciais ao conjunto dinâmico de práticas sociais que se processam continuamente nestes espaços, os bairros negros, mesmo que inseridos nos contextos metropolitanos de grandes cidades.

Mesmo sob condições de imposição das desigualdades às populações negras, através das segregações espaciais postas, peculiares formas de ocupação e de produção de espaço urbano são identificadas como forma de resistência política, social e econômica de populações afrodescendentes. Estas resistências se dão pela manifestação e manutenção de valores civilizatórios e de manifestações culturais de matriz africana (pontuais e cotidianas) que são reelaborados, mantendo constante diálogo com as contribuições e imposições da civilização ocidental.

Na pesquisa de mestrado elaborada no Bairro da Liberdade, em Salvador (cidade onde os afrodescendentes correspondem a aproximadamente 80% da população), temos este bairro que constitui importante reduto da população negra em Salvador (98% dos moradores são negros, segundo o Censo de 2000). Na pesquisa identificamos a cultura de vida dos afrodescendentes processada na sua espacialidade através do tempo pela história social deste grupo (RAMOS, 2007). Ao estudar a constituição destes espaços, verificamos situações e fatos sociais que se desenvolveram através

de fenômenos culturais de longa duração e de naturezas complexas, compostos de fatores interdisciplinares que estão intimamente relacionados aos pequenos grupos que constituem em comunidades, ligados à localidade, ao bairro, que se originaram articulando valores e princípios sociais e civilizatórios de matriz africana.

Tendo como foco a cultura de base africana e seus processos de apropriação e produção dos espaços urbanos, surgem questionamentos no âmbito urbanístico sobre a presença da cultura da população negra e sua influência na produção do espaço urbano dos bairros negros e da cidade, como um todo, derivando se em outro ponto que é identificar cultura negra nas áreas de urbanização popular nas cidades contemporâneas.

Em reflexão a estas questões, a análise teórica do espaço urbano habitado por populações afrodescendentes é feita a partir das apropriações culturais e políticas, enquanto processos de resistências, e da produção social do espaço, uma vez que são espaços não planejados, fruto de decisões coletivas, resultando nas soluções espaciais.

Pela ótica do urbanismo, busca-se a leitura de uma forma urbana, na sua materialidade, para entendimento dos bairros negros nos seus valores e dinâmicas culturais, de modo a identificar os espaços socialmente produzidos e utilizados: seus elementos formais e processos de constituição ao longo do tempo. Na produção do habitat das populações negras, através da autoconstrução, identificar tipologias e morfologias urbanas oriundas de autoconstrução que refletem uma liberdade morfológica e criativa, mesmo que restrita às condições sócioeconômicas dos moradores construtores. Entendemos que aspectos da linguagem morfológica dos bairros negros podem ser decodificados como elementos consolidados pela cultura afrodescendente processada no espaço-tempo por esta população.

Tomando por base conceitos interdisciplinares, temos, a partir de Milton Santos, um pensar o espaço e o que é expresso a partir de suas formas e lugares como um pensar morfológico, isto é, a partir da forma urbana. As formulações sucedidas por Lefebvre (1991) sobre a forma conteúdo nos trazem a relação entre a forma e seus conteúdos através da reciprocidade constituída e instituída socialmente, compondo uma unidade, indissolúvel. A fim de compreender as formas espaciais definidas pelos bairros negros (autoconstruídos) para surpreender sua relação com o 'real', desejamos apreender o abstrato a partir da 'cultura' desenvolvida 'de dentro' destes bairros.

Assim, a partir destas noções de espaço e conteúdo social trabalhadas na Geografia, temos em Santos (1999) que o espaço é uma síntese, em movimento, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Segundo Santos:

“A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço porque forma conteúdo (Santos, 1999, p. 88).

Este entendimento da forma, para além de sua dimensão física, é o que

nos orienta na nossa argumentação sobre o estudo do espaço urbano dos bairros negros, não nos detendo apenas na sua paisagem na cidade:

“A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (Santos, 1999, p. 83).

Ainda sob a perspectiva geográfica, Serpa dispõe:

“forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são autocondicionantes, autoreferentes e historicamente determinados [...] forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis...” (SERPA, 2007b, pg. 15).

Este conceito também é reproduzido por Sampaio, quando afirma que a forma do espaço construído reflete, de modo explícito ou implícito, as relações entre espaço e sociedade, não apenas pela forma-aparência, mas também pela formaconteúdo, configurando as formas urbanas:

A forma urbana é um objeto teórico de múltiplas leituras e depende das categorias ou instrumentos de análise utilizados, resultando inúmeras significações: políticas, filosóficas, econômicas, sociais, psicológicas, etc. que para uma compreensão requer o cruzamento de várias leituras e informações (LAMAS apud SAMPAIO, 1998, p. 332) [...] que permitem recuperar a forma como categoria do discurso urbano, entendida como produto material e cultural de uma formação social (SAMPAIO, 1999, p. 333).

A decomposição da forma urbana (forma física) entre os elementos morfológicos nos sugere ser possível a leitura do espaço de modo a compreender como o ‘arranjo espacial’ foi organizado, associada à análise histórica e cultural das áreas a serem estudadas. Ao ‘isolar’ cada elemento-parte da estrutura física, poderá ser possível analisar a estruturação dos elementos entre si de forma a trazer uma compreensão de como os elementos são articulados à lógica de produção do espaço (SAMPAIO, 1998). Intencionamos elaborar um inventário de tipologias encontradas nos bairros negros e estabelecer conexões entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio da cultura negra revelada no espaço urbano autoconstruído.

As respostas aos problemas específicos de cada realidade correspondem a diferentes formas urbanas, onde as diferenças fundamentais se apresentam através de elementos morfológicos, decorrências de atitudes culturais em que tradição, hábitos e valores desempenham um papel decisivo (RAPPOPORT¹³ apud SAMPAIO, 1999). Ainda em Sampaio, a forma urbana não está reduzida aos valores estéticos, devendose privilegiar também o comportamento de uso dos espaços incluindo a valoração simbólica dos lugares (RAPPOPORT¹⁴ apud SAMPAIO, 1999).

Pelas nossas referências e pesquisas anteriores¹⁵ em bairros negros, encontramos estes elementos morfológicos: a calçada, o passeio alto, o canteiro de plantas e ervas, os quintais verdes intralotes e extralotes, ‘cantos’, ‘becos’ e passagens (espaços semipúblicos), ‘vilas’ e ‘avenidas’, entre outros,

que fazem parte de um contexto de hábitos sociais, culturais, filosóficos, religiosos e que também atuam como suportes do controle social, em demonstrações concretas do sentido da agregação social, como base das culturas de matriz africana enquanto formação do coletivo, definido pela existência de ancestrais comuns a todos os membros da família: a família aldeia (OLIVEIRA¹⁶ apud RAMOS, 2007), como unidade familiar que dá sentido à existência do grupo, distinta da acepção da família nuclear.

Dentre os elementos morfológicos, há que se explorar formas de parcelamento do solo, vias (traçado viário de arruamentos, passagens, atalhos), tipos e tipologias de edificações, largos e interseções (lugares de encontro), monumentos (físicos e simbólicos como, por exemplo, lugares sagrados), 'objetos' superpostos equivalentes ao mobiliário urbano (santuários, pontos de vendedores ambulantes, etc.), entre outros elementos.

Na análise da configuração espacial há que se considerar o desenho urbano como método de compreensão destas áreas consolidadas, de modo a esclarecer a ocupação do espaço em relação ao sítio geográfico e às lógicas de produção e consumo dos espaços urbanos (valor do solo e referencial simbólico dos lugares) demarcadas pelas edificações, lotes, terrenos e 'áreas livres' e verdes no parcelamento informal. O desenho urbano é um registro dos processos de ocupação ao longo do tempo (DEL RIO, 1990), que pode ser detalhado em diferenciados níveis de apreensão e escalas de abordagem da forma urbana nos bairros negros, sobretudo, entre a microescala e topoescala (SAMPAIO, 1999), privilegiando as apreensões dos moradores, sensitivas inclusive, diante dos limites dos espaços da vida cotidiana como as vilas, avenidas, becos, ruas. (RAMOS, 2008).¹⁷

Compreender em que medida, parte deste desenho urbano nos bairros negros é resultado das relações sociais que interferem nas negociações, doações, compra/venda, concessões dos espaços que determinam, além da configuração morfológica, também a sua dinamização social: espaço público (espaço da rua), espaço semipúblico (compartilhado pela família/vizinhança) e espaço privado (restrito à moradia).

Concomitantemente ao estudo da forma, outras categorias de análise devem ser inter cruzadas à forma urbana de modo a conduzir o entendimento da forma conteúdo. A proposta metodológica da pesquisa se nutre das dimensões abstratas, como dimensões invisíveis do espaço. Entre as dimensões abstratas, a acessibilidade está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos (SERPA, 2007b), nas suas densidades, em determinados lugares, e esvaziamentos, em outros.

Em se falando de alteridade, entendemos que, por conta de fatores simbólicos e qualitativos, os bairros negros só serão (ou serão melhor) abarcados se analisados por conceitos 'de dentro'¹⁸ da cultura de base africana, isto é, avalizando o entendimento que o outro tem do espaço. O outro, no caso, é a população negra orientada pelos valores da cultura de matriz africana, que

segue sua racionalidade própria¹⁹. A racionalidade praticada nos bairros negros é aquela permeada por valores culturais advindos do pensamento africano, tendo por embasamento a filosofia africana em constante diálogo com outras culturas, inclusive a ocidental. Esta racionalidade outra é embasada por energias cosmológicas que fluem em torno da cosmovisão africana, o axé (yorubá) e o ntu (bantu), que permeiam pessoas, animais, objetos, se conectando e se espalhando, emanando, fluindo, multiplicando sentidos, sensações e percepções. É uma racionalidade permeada por aquilo que se vê e pelo que não se vê (RAMOS, 2009), impregnando e construindo a territorialidade negra. Em vista disso, optamos pelos conceitos decorrentes da cosmovisão africana para dar embasamento e suporte à análise dos bairros negros.

O lugar da cultura e de suas relações é uma tema a ser compreendido de forma ampla na produção de cidade, sobretudo em Salvador, onde temos grande influência de determinadas culturas que não são de base euro-americana, veiculada como hegemônica. Os bairros negros são lugares onde se processa cultura de base africana. O entendimento de cultura aqui não é aquela restrita à hora e ao local pré-determinados para acontecer. O lazer, por exemplo, não está reservado às áreas de lazer. Na pesquisa de mestrado (RAMOS, 2007) constatamos que, na Liberdade, praticamente todos os lugares podem se tornar área de lazer, a qualquer hora, durante o dia ou à noite, entre familiares, vizinhos ou conhecidos que passam pela rua. Não é necessário um lugar específico para que o 'lazer' aconteça e também nem sempre ele ocorre desvinculado das atividades de trabalho. O 'lúdico', perceptível sempre, é característico do modo de ser africano e também de seus descendentes. A alegria, o prazer, a satisfação são formas de troca, de relacionamento com as energias da vida, a força vital, e está na base da cosmovisão africana. Em vista disso, o lúdico está presente na religião, no trabalho, nas relações sociais e também nos espaços cotidianos.

Portanto, a prática empírica é a fonte de conhecimentos para a pesquisa, valorizando e utilizando o conhecimento produzido cotidianamente, adotando a pesquisa participante, a história cultural e a história oral com o intuito de buscar a memória social de moradores dos bairros negros. Entrevistas e conversas com moradores, registros fotográficos e outras fontes, encadeados pelas suas vivências pessoais e coletivas, devem evidenciar as referências históricoculturais como subsídios para entendimento do conteúdo da relação formaconteúdo.

Para Finalizar

A expectativa da pesquisa sobre os bairros negros está em promover uma contribuição às políticas públicas. GordilhoSouza (1998)²⁰ afirma que o processo de constituição dos espaços segregados ao nível urbano (e entre eles assinalamos os bairros negros) conduz à formação de verdadeiros territórios dentro da própria cidade, originando práticas sociais próprias do lugar e que, diante da tendência à homogeneização capitalista e da questão da neutralidade do espaço, as relações sócioespaciais contidas nestas formas de habitar

necessitam de novas interpretações. O estudo ainda pode servir de base para a elaboração de políticas urbanas mais humanas e que levem em consideração a diversidade dos lugares urbanos (SERPA, 2007a).

Entendemos que não faz sentido elaborar reivindicações dentro das perspectivas que são impostas como modelopadrão de cidade, ou de estilos de vida, mas de propor novas políticas, sobretudo urbanísticas, que instiguem realizações urbanas de diversos grupos sociais. A integração da população negra na sociedade brasileira não se faz pela sua homogeneização cultural ou de apropriação ou inserção no espaço urbano hegemônico, sob um processo único de civilização, mas pela garantia do direito de realização urbana desta população, em sua especificidade étnica afrodescendente.

Notas

¹ Título da pesquisa: Bairros Negros uma lacuna nos estudos urbanísticos brasileiros

² Temos, ainda, tendências mais recentes de modelos, e entre estas, reproduções do modelo catalão financiadas por recursos das agências internacionais e do capital privado. Este modelo chamado de planejamento estratégico, aplicado em projetos pontuais ou em planos diretores urbanos, objetiva fortalecer as cidades, trazendo competitividade entre elas e buscando para os governos locais maior responsabilidade no sentido de atrair investimentos nacionais e internacionais. Os planejamentos urbanos tornam-se, então, políticas de desenvolvimento quando pretendem renovar a base econômica de modo a tornar as cidades o centro do progresso econômico, do bemestar social e da integração cultural da população.

³ RAMOS, Maria Estela R. Origens da Segregação Espacial da População Afrodescendente em cidades brasileiras. In: CUNHA Jr., H.; RAMOS, M. E. R. (orgs.). Espaço Urbano e Afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

⁴ CARVALHO, J. M. A formação das Almas: O imaginário da República o Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. ⁵ Entre os trabalhos sobre segregação espacial, os dados de Paixão (2003) trazem a estimativa de que mais de 70% da população negra brasileira (aproximadamente 60 milhões de pessoas) residam em áreas "informais" como as favelas, ocupações ou invasões em áreas centrais ou periféricas em moradias autoconstruídas. PAIXÃO, Marcelo. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

⁶ WINANT, Howard. Racial Conditions: Politics, Theory, Comparisons. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1994. p. 154.

⁷ PEREIRA, Edimilson de Almeida; WHITE, Steven F. Brasil: panorama de interações e conflitos numa sociedade multicultural. Revista AfroÁsia, 2526: 2001, p.257280.

⁸ No Brasil, não existe uma classe média negra. Existe um pequeno percentual de negros posicionados na classe média, que assimila e prioriza culturas, hábitos e costumes provenientes dos valores da civilização ocidental, com aspirações eurocêntricas e ocidentais. Ver mais sobre mobilidade social da população negra em: SANTANA, Ivo; CAMARGO, Climene L. Infância e Adolescência de Executivos Negros. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano. V. 9, n. 2. São Paulo: 1999. p. 7489.

⁹ Nos primeiros estudos da Escola de Chicago, o pensamento sociológico é vinculado à moral, que, por sua vez, é relacionado ao espaço urbano e à criminalidade, onde a questão racial era claramente evidenciada.

¹⁰ CORREIA, Sandro; SERPA, Ângelo. Influência do Processo de Expansão Urbana na Perda de Áreas Verdes e no Uso de Plantas Medicinais nos Terreiros do Curuzu, Salvador. In: SERPA, Ângelo (org.). Fala Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001. p. 261270.

¹¹ REGO, Jussara. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador, BAHIA. Revista GeoTextos. Volume 2, Número 2. Dez/ 2006.

¹² VELAME, Fábio Macedo. As lacunas nos tombamentos de terreiros de candomblé: permanências, reminiscências e vestígios do patrimônio afrobrasileiro na cidade. In Anais do ArquiMemória 3. Salvador, 2008.

¹³ RAPPOPORT, Amos. Vivienda y cultura. Barcelona: Gustavo Gilli, 1972.

¹⁴ RAPPOPORT, Amos. Aspectos humanos de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Gilli: 1978.

¹⁵ As pesquisas anteriores referem-se à pesquisa acadêmica do mestrado, concluída em 2007, e à atuação em assistência técnica em moradias autoconstruídas junto a bairros negros localizados na Baixada Fluminense (RJ), entre 2003 e 2006.

¹⁶ OLIVEIRA, Eduardo. Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: LCR, 2003.

¹⁷ RAMOS, Maria Estela R. Desenho Urbano em Territórios Afrodescendentes. Trabalho apresentado na Linha de Pesquisa Desenho Urbano e Memória Visual. UEFS: 2008.

¹⁸ Referência ao texto de Guerreiro Ramos: RAMOS, Guerreiro (1964). O negro desde dentro. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997 (set/dez).

¹⁹ Alguns termos como racionalidade e outros estão em processo de ressignificação na pesquisa de doutorado, uma vez que seus significados e concepção originais não contemplam modos de pensar nãoocidentais. A criação "informal" segue uma racionalidade outra, que não segue aquela racionalidade da padronização ordenada, repetitiva, linear, científica, amparada por um início → meio → fim. Esta é a racionalidade estabelecida pelos (e para) grupos hegemônicos, impondo e perpetuando o controle de saberes e poderes, segundo FOUCAULT, tendo na modernidade, importante marco de ocidentalização do mundo como modo de dominação e imposição de valores universalistas, o grande momento de consolidação. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

²⁰ GORDILHOSOUZA, Ângela. Novas formas de habitar, velhas estruturas. In: PADILHA, Nuno (org.). Cidade e Urbanismo: História, teorias e práticas. Salvador: Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

Autorizada a citação e/ou reprodução deste texto, desde que não seja para fins comerciais e que seja mencionada a referência que segue. Favor alterar a data para o dia em que acessou-o:

RAMOS, Maria Estela Rocha. Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Disponível em:
<http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Contextos_construcao_territorialidade_negra.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2010.

Referências:

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. Utopias e realidades: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CUNHA Jr., Henrique. Africanidades, afrodescendência e educação. **Revista Educação em Debate**. Ano 23, v. 2 n. 42. Fortaleza: FAGED/UFC, 2001. p. 5-15.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

FERNANDES, Ana, SAMPAIO, Antônio H. e GOMES, Marco A. F. A Constituição do Urbanismo Moderno na Bahia, 1900-1950. In: LEME, Maria Cristina de Silva (org.). **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. Salvador: EDUFBA, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GERALDI, Corinta. M. G. A pesquisa participante como instrumento de reestruturação. In: **Anais Conferência Brasileira de Educação**. Niterói: ResumosPainéis, 1984.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

OLIVEIRA, Eduardo. **Filosofia da ancestralidade**: Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira. Curitiba: Gráfica Popular: 2007.

OLIVEIRA, Ney. O Direito dos negros: distribuição racial, pobreza e moradis na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: **21º Encontro e 6º Congresso AQUISUR**. O Direito à arquitetura: possibilidades, limites e práticas. Faculdade de Arquitetura/UFBA. Salvador: set. 2002. v. 1.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RAMOS, Maria Estela R. **Território afrodescendente**: leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia). Dissertação (Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Salvador: PPGAU/UFBA, 2007.

_____. Bairros Negros: outros referenciais analíticos. In: **I Seminário Internacional Gênero, Raça, Classe e Identidade Social na França e no Brasil**. PPGNEIM/UFBA. Salvador: Ago/2009. Anais.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1999.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. **Formas urbanas**: cidade real & cidade-ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto/PPG-AU, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SERPA, Angelo. **Ponto convergente de utopias e culturas**: o Parque de São Bartolomeu. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 177-190, maio de 1996.

_____. (Org.). Cidade popular trama de relações sócioespaciais. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **Espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

THIOLLENT, Michel. Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In: LIANZA, S. & ADDOR, F. (orgs.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.